

AGENDA
PORTUGAL
DIGITAL

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2013

portugaldigital.pt



INDICE

1. Introdução
2. Apresentação das atividades desenvolvidas.
 - 2.1. Trabalhos Preparatórios
 - 2.2. Atividade Agenda Portugal Digital
3. Ponto de situação / Resultados

Anexos (em documento separado)

1. Introdução

A Resolução de Conselho de Ministros nº 112/2012 de 31 de dezembro aprova a Agenda Portugal Digital (APD) que, alinhada com a Agenda Digital Europeia e a Estratégia 2020, visa estimular a Economia Digital e o setor das tecnologias de Informação, comunicação e eletrónica.¹

A RCM 112/12 define os objetivos para a Agenda Portugal Digital:

- a) Promover o desenvolvimento da infraestrutura de banda larga, de forma a permitir que todos os cidadãos possam ter acesso à banda larga de velocidade igual ou superior a 30 Mbps, até 2020;
- b) Promover o desenvolvimento da infraestrutura de banda larga, de forma a permitir que 50 % dos agregados familiares possam ter acesso à Internet de banda larga de velocidade igual ou superior a 100 Mbps, até 2020;
- c) Criar as condições que permitam o aumento em 50 %, face aos valores de 2011, do número de empresas que utilizam o comércio eletrónico em Portugal, até 2016;
- d) Promover a utilização dos serviços públicos *online*, para que sejam utilizados por 50 % da população, até 2016;
- e) Criar as condições que permitam o aumento em 20 % das exportações em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em valores acumulados, até 2016, tendo como referência o ano de 2011;
- f) Promover a utilização das novas tecnologias, para que seja possível diminuir para 30 % o número de pessoas que nunca utilizou a Internet, até 2016.

Estabelece as medidas iniciais a implementar até 2016, enquadradas nas seguintes seis áreas de intervenção:

- a) Acesso à banda larga e ao mercado digital;
- b) Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação;
- c) Melhorar a literacia, qualificação e inclusão digitais;
- d) Combate à fraude e à evasão fiscais, contributivas e prestacionais;
- e) Resposta aos desafios sociais;
- f) Empreendedorismo e internacionalização do setor das TIC.

Determina a criação de:

- a) Comissão Interministerial, coordenada pelo membro do governo responsável pela área da inovação, que assegura a monitorização global da APD;

¹ Anexo 1 – RCM 112/2012 – DR 1ª série nº 252 de 31 de Dezembro de 2012

b) Comissão Técnica, presidida pelo IAPMEI e composta por representantes da Administração Pública e individualidades, que assessoria a Comissão Interministerial na monitorização e avaliação da implementação da APD e articula com entidades do sector privado com relevância na área das TIC.

2. Apresentação das atividades desenvolvidas

2.1 Trabalhos preparatórios

Na prossecução das funções atribuídas, o IAPMEI elaborou e, submeteu a aprovação, a proposta de **Regulamento Interno da Comissão Técnica**², modelo de funcionamento e organização, nos termos do nº 6 da RCM 112/12.

Neste contexto e, para além de pequenos ajustes propostos à constituição da **Comissão Técnica** propôs, numa perspectiva de assegurar mais capacidade operacional, a criação das **Subcomissões Temáticas** e do **Grupo Permanente**, nos termos do nº 5, nº 6 e nº 8 da RCM 112/12³;

Foi igualmente proposto, a partir das seis áreas de intervenção identificadas na RCM 112/2012, a atribuição de coordenações específicas a cada uma das subcomissões temáticas.

Nos termos da proposta apresentada, ao Grupo Permanente, composto pelos organismos coordenadores das subcomissões temáticas, pelo Delegado Nacional ao Grupo de Alto Nivel da Agenda Digital para a Europa e pelo representante de Portugal na Digital Champions Europe, compete: analisar, avaliar, coordenar e sincronizar as dinâmicas de operacionalização as diferentes medidas e identificar eventuais desvios de execução e/ou estrangulamentos por insuficiente afetação de recursos, acompanhar a monitorização dos indicadores de execução e propor as adequadas medidas de correção, de reforço de coordenação ou outras com o objetivo de assegurar o melhor cumprimento dos planos de trabalho pré-definidos.

2.2 – Atividade da Comissão Técnica Agenda Portugal Digital (CT APD)

2.2.1 – Comissão Técnica

A Comissão Técnica (CTAPD) tem como objetivo acompanhar, monitorizar e avaliar a implementação da **Agenda Portugal Digital** e reúne, em sessão plenária, com uma periodicidade trimestral.

Realizaram-se 4 reuniões plenárias (5 de março; 24 de abril; 31 de julho e 31 de outubro).

A primeira reunião foi acolhida nas instalações do MEEI e presidida pelo senhor Secretário de Estado do Empreendedorismo, da Competitividade e da Inovação, Dr. Franquelim Alves; as restantes tiveram lugar nas instalações do IAPMEI. Também a 4ª reunião da Comissão Técnica realizada a 31 de outubro e, na sequência da alteração à equipa governativa do Ministério da Economia, contou com a presença do senhor Secretário de Estado da Inovação e Competitividade, Dr. Pedro Gonçalves que abriu os trabalhos com palavras de apreço pela atividade desenvolvida no âmbito da CT- APD e, de encorajamento às diversas entidades, no esforço a realizar para cumprir os objetivos definidos.

² Anexo 2 – Regulamento Interno

³ Anexo 3- Composição e atribuições da Comissão Técnica, das Subcomissões Temáticas e do Grupo Permanente

De forma sucinta, nestas reuniões foram aprovados:

- a) o Regulamento da APD e o Plano Anual de implementação das Medidas da APD 2013⁴;
- b) o reajuste à proposta de atribuição de coordenação das subcomissões temáticas;
- c) a criação e composição do Grupo Permanente e de dois grupos de trabalho técnicos (GTT)⁵:
 - (i) COMUNICAÇÃO – que promove e dinamiza a comunicação das atividades da APD e/ou outras ações que estejam com ela relacionados;
 - (ii) INDICADORES – dedicado à recolha, sistematização e harmonização dos indicadores mais significativos junto dos organismos/entidades que executam ou coordenam as ações da APD (Agenda Portugal Digital). Nos objetivos deste grupo inclui-se ainda a preocupação de assegurar a melhor ligação com as necessidades de reporte e de ligação à Agenda Digital para a Europa.
- d) os materiais de comunicação institucional da Agenda Portugal Digital (slides para apresentação institucional, folheto e *roll up*)⁶;
- e) a proposta de trabalho do Grupo de Trabalho Técnico Indicadores⁷;
- f) a estrutura e perfil das reuniões da CT que se organizam em 3 partes: (i) retrospectiva das atividades desenvolvidas pelo IAPMEI enquanto organismo coordenador da APD, (ii) intervenção temática de uma personalidade com atuação relevante no sector das TICE, (iii) Apresentação das atividades desenvolvidas pelos organismos que compõe a CT com vista ao reporte da execução das medidas.

No âmbito das intervenções temáticas releva-se:

- as participações regulares do Dr. Pedro Carneiro, na qualidade de “Delegado Nacional ao Grupo de Alto Nível da Agenda Digital para a Europa”, dando a conhecer as iniciativas promovidas pela União Europeia;
- a apresentação subordinada ao tema “Como podem ser atingidos os objetivos da DAE – Digital Agenda for Europe” no atual contexto económico considerando os instrumentos financeiros” efetuada pelo Eng.º António Murta, enquanto representante de Portugal na Digital Champions Europe;
- a exposição da visão e das recomendações para a Agenda Portugal Digital elaborada pelos representantes da Sociedade Civil na APD e apresentada pelo Eng.º Rogério Carapuça;
- apresentação da “European Multi-Stakeholder Platform on ICT Standardisation”, pelo Eng.º Marques dos Santos, do IPQ.

e ainda divulgação de projetos e/ou eventos cujos objetivos cruzam com o da Agenda Portugal Digital, como sejam o projeto “Governança Eletrónica”, a “1ª Conferência Eletrónica CPLP” (29 novembro), a cargo da AMA, e o “Going Local 2013” da Agenda Digital para Europa (12 dezembro), evento coorganizado pela FCT e a Comissão Europeia.

⁴ Anexo 4 – Plano Anual de Implementação das Medidas da Agenda Portugal Digital - 2013

⁵ Anexo 5 – Grupos de Trabalho Técnico - Agenda Portugal Digital – composição e funções

⁶ Anexo 6 – Materiais de comunicação APD

⁷ Anexo 7 – Proposta de trabalho do GTT - Indicadores

Foram regularmente apresentados e debatidos os pontos de situação das medidas em desenvolvimento durante o ano de 2013. Importa ainda referir um dos temas muito presentes nas diversas intervenções dos representantes na Comissão Técnica. Trata-se da preocupação manifestada em torno dos objetivos a cumprir e das severas restrições orçamentais a que a generalidade das entidades se encontra vinculada e, do apelo a um esforço concertado para a oportuna identificação das mais adequadas fontes de financiamento.

2.2.2 – Grupo Permanente

O Grupo Permanente (GP)⁸, com reuniões mensais, analisa, avalia, coordena e sincroniza as dinâmicas de operacionalização das diversas medidas previstas na referida Resolução de Conselho de Ministros, identifica eventuais desvios de execução e/ou estrangulamentos por insuficiente afetação de recursos, acompanha a monitorização dos indicadores de execução e propõe as adequadas medidas de correção, de reforço de coordenação ou outras com o objetivo de assegurar o melhor cumprimento dos planos de trabalho pré-definidos.

Foram realizadas 5 reuniões (11 de julho, 18 de setembro, 16 de outubro, 13 de novembro e 9 de dezembro) onde se dinamizaram os trabalhos e prepararam os temas a abordar nas reuniões plenárias da CT.

2.2.4 - Coordenação da APD

O IAPMEI no âmbito da sua intervenção enquanto coordenador da Comissão Técnica da Agenda Portugal Digital desenvolveu um conjunto de ações das quais se destacam:

- Identificação, convite e reuniões de enquadramento com os representantes da Sociedade Civil (Anabela Pedroso, António Carapuça, José Tribolet e Rui Paiva);
- Diversos contactos com o Diretor da DG CONNECT na Comissão Europeia e, representante da iniciativa DAE Going Local (Mário Campolargo);
- Encontros com representantes de empresas, de associações sectoriais no âmbito das TIC e membros da Agenda Portugal Digital (Ex: E-xample, ACEPI, APRITEL, etc);
- Participação em eventos relacionados com a temática (divulgação e promoção de objetivos e resultados – ex. Forum Economia Digital e “Going Local 2013” da Agenda Digital para a Europa).

3 - Ponto de situação: ações e resultados 2013

O acompanhamento e monitorização de resultados das medidas inscritas na RCM 112/2012 constituem uma das áreas a que a Comissão Técnica confere maior relevância. Ao longo de 2013 foram lançadas as bases para estruturar mecanismos de reporte regulares e eficientes. Tratou-se de um processo que evoluiu de forma diferenciada no conjunto das entidades envolvidas, consolidando-se de forma mais rápida nuns casos que noutros. Esta circunstância, não deixa de afetar o nível de detalhe do reporte apresentado mas não invalida uma boa leitura sobre as dinâmicas de execução das medidas mais relevantes.

⁸ Anexo 8 – Grupo Permanente - Composição e atribuições

Neste âmbito, merece especial referência o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Técnico sobre Indicadores da Agenda Portugal Digital⁹. Dos trabalhos realizados sublinha-se o documento preparado para suporte à realização do evento “Going Local 2013” da Agenda Digital para a Europa (12DEZ2013) – **Indicadores para Balanço 2013**, posteriormente atualizado para referência a 31 Dezembro e que é incorporado neste relatório.

As medidas registadas no plano de ação da APD para 2013¹⁰ (medidas iniciais ou com execução prevista ou a iniciar em 2013) representam 60% do total das medidas previstas para a APD.

Objetivos gerais da Agenda Portugal Digital

No que se refere aos objetivos gerais da APD, a tabela seguinte sistematiza a situação no final de 2013¹¹.

Objetivos gerais APD	Situação em 2013
Promover o desenvolvimento da infraestrutura de banda larga, de forma a permitir que todos os cidadãos possam ter acesso à banda larga de velocidade igual ou superior a 30 Mbps, até 2020.	<p><i>81,3% do território nacional com cobertura de banda larga fixa de velocidade igual ou superior a 30 Mbps e</i></p> <p><i>89,7% com cobertura de banda larga móvel de velocidade igual ou superior a 30 Mbps..</i></p> <p>Fonte: ICP-ANACOM; dados referentes a dezembro 2013</p> <p>Nota: Os valores para 30 Mbps e para 100 Mbps são iguais uma vez que as tecnologias de banda larga que suportam velocidades de <i>download</i> iguais ou superiores a 30 Mbps também suportam velocidades iguais ou superiores a 100 Mbps (FTTH / EuroDOCSIS 3.0 / LTE).</p>
	<p><i>61,6% das famílias dispõem de ligação à Internet em casa através da banda larga.</i></p> <p>Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013</p> <p>Nota: Corresponde à proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga. Banda Larga: ligação que permite veicular, a grande velocidade, quantidades consideráveis de informação, como por exemplo, imagens televisivas. Os tipos de ligação que fornecem ligação em banda larga são: XDSL (ADSL, SDSL, etc.), cabo, UMTS ou outras como satélite.</p>
Promover o desenvolvimento da criação de uma infraestrutura de banda larga, de forma a permitir que 50% dos agregados familiares	<p><i>81,3% do território nacional com cobertura de banda larga fixa de velocidade igual ou superior a 100 Mbps e</i></p> <p><i>89,7% com cobertura de banda larga móvel de velocidade igual ou superior a 100 Mbps.</i></p> <p>Fonte: ICP-ANACOM; dados referentes a dezembro 2013</p>

⁹ Cf Anexo 7 – proposta de trabalho GTT Indicadores

¹⁰ Cf Anexo 4 – Plano Anual de Implementação das Medidas da Agenda Portugal Digital - 2013

¹¹ Anexo 9 Documento produzido pelo GTT Indicadores – Indicadores para Balanço de atividade APD - 2013

<p>possam ter acesso à Internet de banda larga de velocidade igual ou superior a 100 Mbps, até 2020.</p>	<p>Nota: Os valores para 30 Mbps e para 100 Mbps são iguais uma vez que as tecnologias de banda larga que suportam velocidades de download iguais ou superiores a 30 Mbps também suportam velocidades iguais ou superiores a 100 Mbps (FTTH / Euro DOCSIS 3.0 / LTE).</p>
<p>Criar as condições que permitam o aumento em 50%, face aos valores de 2011, do número de empresas a utilizar o comércio eletrónico em Portugal, até 2016.</p>	<p><i>22,1% das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço excluindo atividades financeiras referem ter utilizado comércio eletrónico (efetuaram e/ou receberam encomendas pelo menos 1 por cento) nos últimos 12 meses.</i></p> <p>Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas</p> <hr/> <p><i>Diminuiu 6,8% (entre 2011 e 2013) o peso das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço excluindo atividades financeiras que referem ter utilizado comércio eletrónico¹²</i></p> <p>Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas</p> <p>Nota: A taxa de crescimento foi calculada pelo GTT Indicadores a partir dos dados do INE (Em 2011, a proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço excluindo atividades financeiras que referem ter utilizado comércio eletrónico (efetuar e/ou receber encomendas pelo menos 1 por cento) nos últimos 12 meses foi de 23,7%).</p>
<p>Promover a utilização dos serviços públicos online, para que sejam utilizados por 50 % da população, até 2016.</p>	<p><i>38% das pessoas com idade entre 16 e 74 anos contactam com organismos públicos através da Internet.</i></p> <p>Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013</p> <p>Nota: Corresponde à proporção de indivíduos que utilizaram a Internet para realizar pelo menos uma de três atividades relacionadas com contacto com organismos da administração pública/serviços públicos (OAP/SP): obter informação através de <i>websites</i> de OAP/SP; fazer download de formulários ou impressos oficiais; preencher e enviar <i>online</i> formulários ou impressos oficiais para OAP/SP. O período de referência são os últimos 12 meses, e o universo de cálculo utilizado é o total da população com idade entre 16 e 74 anos.</p>
<p>Criar as condições que permitam o aumento em 20% das exportações em TIC, em valores acumulados, tendo como referência o ano de 2011, até 2016.</p>	<p><i>Não foram localizados dados para o ano de 2013.</i></p>

¹² *efetuaram e/ou receberam encomendas pelo menos 1 por cento) nos últimos 12 meses*

<p>Promover a utilização das novas tecnologias, para que seja possível diminuir para 30% o número de pessoas que nunca utilizou a Internet até 2016.</p>	<p><i>33,1% das pessoas com idade entre 16 e 74 anos nunca utilizou a Internet</i></p> <p>Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013</p>
---	--

Principais ações e resultados - 2013

Para facilidade de referência, organiza-se o reporte por área de intervenção¹³ (cf RCM 112/2012), indicando, para cada área, as medidas em atividade e os principais resultados alcançados¹⁴.

3.1. Acesso à banda larga e ao mercado digital¹⁵

Sem prejuízo de algumas ações preliminares em domínios programados para uma fase posterior e, tal como previsto para o período agora em análise, a atividade desenvolveu-se em torno de cinco temas:

- Banda Larga Básica ao alcance de todos (medida 3.1.1),
- Banda Larga Rápida e Ultrarrápida (medida 3.1.2),
- Programa PME Digital (medida 3.1.3),
- Plano Estratégico de Combate à violação de direitos de autor e direitos conexos (medida 3.1.5),
- Confiança e Segurança das redes e serviços (medida 3.1.9).

Assim e, no que se refere à intervenção destinada a promover o acesso à banda larga e ao mercado digital, as principais medidas, centradas na criação das infraestruturas necessárias para a melhor cobertura nacional de banda larga e na promoção do amplo acesso das populações ao mercado digital, encontraram uma boa execução, apresentando os seguintes resultados:

- 100% do território nacional com cobertura de banda larga básica (velocidade até 30 Mbps)¹⁶, - permitindo considerar como desenvolvida a infraestrutura necessária a uma cobertura nacional de banda larga básica através de acessos com e sem fios,
- 81,3% do território nacional com cobertura de banda larga fixa de velocidade igual ou superior a 100 Mbps e 89,7% com cobertura de banda larga móvel de velocidade igual ou superior a 100 Mbps¹⁷,

¹³ Nos termos da RCM 112/2012, as áreas de intervenção são

- a) Acesso à banda larga e ao mercado digital
- b) Investimento em Investigação e desenvolvimento (I&D) e Inovação
- c) Melhorar a Literacia, Qualificações e Inclusão Digitais
- d) Combate à fraude e à evasão fiscais, contributivas e prestacionais
- e) Resposta aos desafios societais
- f) Empreendedorismo e internacionalização do TIC

¹⁴ Cf Anexo 9 - documento produzido pelo GTT Indicadores – Indicadores para Balanço de atividade APD - 2013

¹⁵ Coordenação sob a responsabilidade do IAPMEI – Agencia para a Competitividade e Inovação

¹⁶ Entidade que reporta: SEITC - Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações / MEE; Fonte: ICP-ANACOM; Comissão Europeia

¹⁷ Entidade que reporta: SEITC - Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações / MEE; Fonte: ICP-ANACOM; Comissão Europeia

Nota: Os valores para 30 Mbps e para 100 Mbps são iguais uma vez que as tecnologias de banda larga que suportam velocidades de *download* iguais ou superiores a 30 Mbps também suportam velocidades iguais ou superiores a 100 Mbps (FTTH / Euro DOCSIS 3.0 /

- População de zonas rurais com cobertura de banda larga rápida e ultrarrápida:
 - Zona Norte (28,0%); Zona Centro (55,2%); Zona Alentejo e Algarve (16,0%)¹⁸,
- Sensibilização de PME e capacitação de agentes de promoção da economia digital (programa PME Digital¹⁹):
 - 13 "Roadshow PME Digital" realizados
 - 289 PME's participaram nos "Roadshow PME Digital" realizados (uma média de 22,2 PME por evento)
 - 61.225 visitas ao site PME Digital (previstas 72.000 para finais de 2014)
 - 365 pedidos de esclarecimento solicitados ao PME Digital
 - 841 brochuras PME Digital enviadas
 - 1.206 chamadas recebidas no Call Center da PME Digital

Ainda neste âmbito de intervenção e, com o objetivo de promover a criação de condições para o retorno do investimento nos bens culturais e informativos nacionais, foi cumprido o plano de ação previsto e instituídas as linhas políticas orientadoras do “Plano Estratégico de combate à violação de direito de autor e dos direitos conexos”²⁰. Embora aguardando decisão política para o processo de publicação, foi também concluída, neste período, a legislação sobre direitos de autor e direitos conexos.

Acresce referir a atividade desenvolvida para melhorar a confiança e a segurança das redes e serviços, sublinhando as ações destinadas à criação do “centro de reporte de incidentes e de gestão operacional agregada, das redes e serviços de comunicações eletrónicas, incluindo a internet”, ao planeamento de “exercícios de preparação de redes e serviços” (*Cyber Europe 2014*) e as medidas destinadas à criação do “Sistema Nacional de Gestão de Risco”. Todas as ações previstas foram desenvolvidas sob a liderança e coordenação do ICP-ANACOM, de acordo com os cronogramas definidos.

3.2 Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação ²¹

Nos termos do programa definido e, das competências atribuídas, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) assegura a coordenação e dinamização desta área de intervenção, sistematizando a informação para reporte.

LTE).

¹⁸ Entidade que reporta: SEITC - Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações / MEE; Fonte: ICP-ANACOM; dados referentes ao 3º Trimestre 2013

Nota: Nas Zonas Açores e Madeira a rede ainda não está instalada, mas existe a mesma obrigação de cobertura de mais de 50% da população nas zonas rurais, que se prevê estar concluída no final de 2014 (Açores) e 2015 (Madeira)

¹⁹ PME DIGITAL – Programa promovido pelo IAPMEI e pela ACEPI destinado a estimular a inclusão das empresas na economia digital, em particular as microempresas e as pequenas e médias empresas (PME), permitindo o acesso, em condições especiais, a um conjunto de produtos e serviços digitais, visando aumentar a sua produtividade e competitividade

Entidade que reporta: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

Fonte: IAPMEI / PME Digital

²⁰ Entidade que reporta: IGAC - Inspeção Geral das Atividades Culturais / SEC

²¹ Coordenação e reporte sob a responsabilidade da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

O plano de trabalho para esta área de intervenção incluiu três temas:

Na intervenção definida com objetivos de Fortalecer a investigação e a capacidade de inovação em TIC, apoiar e estimular a investigação e inovação em áreas emergentes e promover a investigação aplicada, foi dinamizado o processo de identificação dos pontos focais das entidades responsáveis pela execução das diversas medidas previstas e, realizadas diversas reuniões de trabalho para discutir e consensualizar as ações necessárias à sua boa execução. Tratou-se de um trabalho prévio de reflexão e de concertação de objetivos, importante para identificar uma linha de direção comum e suficientemente robusta para que possa ser reconhecida e apropriada pelas várias entidades responsáveis e pelos principais atores das áreas cobertas pelas medidas a executar.

Como principais resultados, sublinha-se:

- Realizado um painel específico sobre as TIC enquanto tecnologias transversais na “Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente – ENEI” no âmbito das “Jornadas de Reflexão Estratégica” realizadas a 7 de outubro de 2013,
- Constituída a base de dados harmonizada, com identificação de grupos/unidades de I&D participantes em projetos TIC da FCT e do 7º PQ, no âmbito da ação Mapeamento da I&D e Inovação em TIC,
- Realizadas reuniões iniciais para constituição de “Task-force FCT para a I&D e Inovação em TIC”, no âmbito da ação Acompanhamento e reflexão sobre ações FCT com vista a fortalecer I&D e a capacidade de inovação em TIC,
- Realizadas as primeiras reuniões visando constituição de grupo de trabalho envolvendo diversos departamentos ministeriais e entidades, no âmbito da ação Articulação na promoção da I&D e Inovação em TIC para a Agenda Portugal Digital.

Com a medida destinada a Estimular o desenvolvimento e a oferta de serviços avançados, a Agenda Portugal Digital pretende sobretudo, promover o desenvolvimento da produção e da oferta de aplicações com conteúdos e serviços que acrescentem valor económico e que utilizem o potencial oferecido pelas redes de nova geração (RNG).

Referem-se aqui as principais ações e resultados:

- Realizadas as reuniões iniciais para constituição de “Task-force FCT para a I&D e Inovação em TIC” no âmbito da ação Acompanhamento e reflexão sobre ações FCT com vista a estimular o desenvolvimento e a oferta de serviços avançados,
- Realizadas as primeiras reuniões visando constituição de grupo de trabalho envolvendo diversos departamentos ministeriais e entidades, no âmbito da ação Articulação na promoção da I&D e Inovação em TIC para a Agenda Portugal Digital.

Em matérias como a e-Ciência e internet do futuro, a Agenda Portugal Digital pretende estimular o desenvolvimento de instrumentos de apoio às atividades da comunidade científica e à inovação, promover o apoio ao trabalho colaborativo à distância, computação científica voluntária, o acesso às bibliotecas científicas digitais e aos repositórios de acesso aberto, de resultados dos projetos I&D, outras publicações académicas e de dados, bem como promover a I&D na área da computação em nuvem.

Já no domínio da “Internet das coisas” a Agenda pretende promover a I&DT na “Internet das Coisas”, bem como uma indústria nacional de “Coisas ligadas à Internet”. Em simultâneo, refere-se a promoção da criação de infraestruturas públicas de coisas ligadas à Internet de diferentes domínios incluindo, por exemplo, os domínios das “Cidades Inteligentes”, “Transportes Inteligentes”, “Redes Energéticas Inteligentes” e “Cuidados de Saúde Inteligentes”.

Tendo presente estas linhas de intervenção e, os cronogramas de operacionalização previstos, apresentam-se as principais ações e resultados:

- Políticas para Acesso Aberto às Publicações e aos Dados resultantes de I&D financiada pela FCT: em fase final de instituição (em revisão final, depois de processo de discussão pública),
- Iniciativas nacionais e internacionais relacionadas com políticas de infraestruturas digitais de apoio à investigação e de acesso à informação científica: participação direta em Grupos de Trabalhos da "Science Europe" sobre "Acesso Aberto às Publicações" e sobre "Acesso Aberto aos Dados" e no projeto ERA NET "E-Infranet", dedicado a políticas de infraestruturas eletrónicas de I&D,
- Acompanhamento e reflexão sobre ações FCT na e-Ciência: realizadas reuniões iniciais para constituição de "Task-force FCT para a I&D e Inovação em TIC",
- Articulação na promoção da I&D e Inovação em TIC para a Agenda Portugal Digital: realizadas primeiras reuniões visando constituição de grupo de trabalho envolvendo diversos departamentos ministeriais e entidades,
- Acompanhamento e reflexão sobre ações FCT na área da “Internet das Coisas” e Internet do futuro: realizadas reuniões iniciais para constituição de "Task-force FCT para a I&D e Inovação em TIC",
- Articulação na promoção da I&D e Inovação em TIC para a Agenda Portugal Digital: realizadas primeiras reuniões visando constituição de grupo de trabalho envolvendo diversos departamentos ministeriais e entidades.

3.3 Melhorar a Literacia, Qualificações e Inclusão Digitais²²

Tal como na área de intervenção anterior, a FCT dinamizou o processo de identificação dos pontos focais das entidades responsáveis pela execução das medidas da Agenda Portugal Digital que abrangem estas matérias e liderou diversas reuniões de trabalho. A 12 de setembro de 2013 realizou-se uma 1ª reunião da subcomissão desta área de intervenção. Trata-se de um trabalho prévio de reflexão e de concertação de objetivos importante para identificar uma linha de direção comum e robusta que possa ser reconhecida e apropriada pelas várias entidades responsáveis e pelos principais atores das áreas cobertas pelas medidas.

Com o objetivo de Melhorar a Literacia, Qualificações e Inclusão Digitais, a Agenda Portugal Digital identificou cinco medidas, prevendo períodos de execução diferenciados entre 2013 e 2015. No período em análise, embora com níveis de desenvolvimento muito diferenciados, estiveram ativas as cinco medidas definidas:

²² Coordenação e reporte sob a responsabilidade da FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia

- Desenvolver competências para a Economia Digital,
- Promover a disponibilização e utilização de *e-books* (livros eletrónicos),
- Promover a inclusão digital e a utilização regular da Internet,
- Definir uma política de acessibilidade para os conteúdos e plataformas digitais portuguesas a disponibilizar na Internet,
- Promover a criação e a digitalização massiva de conteúdos.

A intervenção destinada a Desenvolver competências para a Economia Digital, pretende essencialmente promover a utilização das TIC na educação e na formação, desenvolvendo qualificações avançadas e de talento para a Economia Digital, nomeadamente de nível superior e com a especialização adequada às necessidades da competitividade global. Uma das iniciativas previstas passa pelo lançamento da Academia Digital, que visa dotar os formandos de conhecimentos práticos e avançados na gestão digital de negócios (incluindo comércio eletrónico, marketing digital, desenvolvimento de produtos e serviços digitais, legislação e propriedade digital, tecnologia e empreendedorismo).

Destaque ainda para os trabalhos exploratórios para o lançamento da Coligação Nacional para o aumento das competências TIC e da empregabilidade com base na “Grand Coalition for Digital Jobs” lançada pela Comissão Europeia, em março de 2013.

Neste domínio sublinham-se os principais resultados da Academia PME (para além de alguns trabalhos preliminares de reflexão e alinhamento conceptual sobre o projeto para a Academia Digital) que traduzem-se em:

- 12 "*Workshops* de capacitação de agentes para a economia digital" realizados (100% dos eventos previstos para 2013)²³,
- 129 agentes formandos nos "Workshop de capacitação de agentes para a economia digital" (mais 29 que o previsto inicialmente para 2013)²⁴.

No âmbito das atividades desenvolvidas para promover a disponibilização e utilização de *e-books* (livros eletrónicos)²⁵, destacam-se os seguintes indicadores:

- Peso dos *e-Books* no acervo de Livros adaptados pelos Centros Produtores Especializados: 1000 eBooks para 5200 livros adaptados (3000 braille + 2200 áudio),
- Peso dos *e-Books* na oferta editada anualmente de Livros em Português Europeu: inferior a 1%.

²³ Entidade que reporta: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; Fonte: IAPMEI / PME Digital

²⁴ idem

²⁵ Entidade que reporta: FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.; Fonte: Biblioteca Nacional, Serviços de Leitura Especial

Para promover a inclusão digital e a utilização regular da Internet²⁶ e, no âmbito das atividades desenvolvidas, sublinha-se:

- Apresentação da 1ª fase de lançamento da "Rede TIC e Sociedade" no âmbito de um Programa nacional de Intervenção na área da Inclusão e Literacia Digital, em 29 de outubro de 2013,
- Promoção do "Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação (DCB)": inscritos, ativados ou reativados 124 centros emissores do DCB; realizada e concluída a revisão técnica da plataforma de emissão do DCB e do manual do Formador,
- Realizada em 30 de outubro de 2013, a 1ª reunião para a constituição do Grupo de trabalho para a intervenção na área da Inclusão e Literacia Digitais realizada em 30 de Outubro de 2013, com a participação de interlocutores de organizações públicas e privadas (*Libre Office* Portugal, CDI Portugal e GMCS); deverão vir a integrar este grupo, o Conselho Nacional para a promoção do voluntariado e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.
- Participação de Portugal no "*Trans-eFacilitator*", projeto europeu para o reconhecimento da formação dos facilitadores de competências digitais (e-facilitadores). No âmbito do projeto foram realizadas as seguintes atividades: levantamento das necessidades formativas dos formadores TIC nos Espaços Internet em Portugal; tradução e adaptação de 5 módulos do currículo para a formação vocacional (VET4 e-i); FCT será líder do *WP6* fase do piloto de implementação e teste deste currículo em três países (Alemanha, Letónia e Portugal),

Com o objetivo de definir uma política de acessibilidade para os conteúdos e plataformas digitais portuguesas a disponibilizar na Internet²⁷, foi publicado um estudo para Avaliação dos Sítios Web das Instituições do Ensino Superior. Foi também criado um grupo de trabalho para promover a adoção de medidas legislativas sobre as diretrizes de acessibilidade aplicadas à Web que potenciem um acesso universal aos conteúdos e plataformas disponibilizadas.

Já no que se refere à atividade desenvolvida para promover a criação e a digitalização massiva de conteúdos²⁸, destaca-se:

- Criado grupo de trabalho (que inclui nesta fase, a Biblioteca Nacional de Portugal, ACEPI, DGE, Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, devendo vir a incluir outras entidades consideradas apropriadas numa fase subsequente), no âmbito da ação Criação e partilha pública de conteúdos de cultura digital em Língua Portuguesa,
- Proposta de identificação, reconhecimento e divulgação de projetos ("boas práticas") em análise, no âmbito da ação Plataformas digitais de conteúdos em Língua Portuguesa,
- Proposta de conceção de uma medida de promoção da digitalização e disponibilização pública de acervos culturais patrimoniais em análise.

²⁶ Entidade que reporta: FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

²⁷ Entidade que reporta: FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

²⁸ idem

3.4 Combate à Fraude e à Evasão Fiscais, Contributivas e Prestacionais²⁹

Nos termos da RCM 112/2012, reconhece-se o combate à fraude e à evasão fiscais, contributivas e prestacionais, como área de intervenção da Agenda Portugal Digital e refere-se que *“As TIC deverão desempenhar um papel decisivo no combate à fraude e à evasão fiscais, contributivas e prestacionais, contribuindo para a redução da economia paralela, e simplificação das obrigações declarativas. Simultaneamente, deverão contribuir para o aumento da eficiência e da transparência das organizações e introdução de melhorias funcionais em todos os processos, desde a compra até ao pagamento”*.

Com as Medidas previstas pretende-se conferir um impulso significativo a iniciativas e ações que contribuam decisivamente para estes objetivos.

As prioridades transpostas para o Plano de ação de 2013, focaram quatro temas:

- Reformar o regime de faturação (medida 3.4.2),
- Caixa postal eletrónica obrigatória para sujeitos passivos de IRC e ou de IVA (medida 3.4.3),
- Caixa postal eletrónica obrigatória para sujeitos passivos de IRC e ou de IVA (medida 3.4.3),
- Caixa postal eletrónica na relação com a segurança social (medida 3.4.4)³⁰,
- Combate à fraude e evasão contributiva e prestacional, e comunicação automática de ilícitos (medida 3.4.5)³¹.

As ações previstas no âmbito das medidas Caixa postal eletrónica na relação com a segurança social e Combate à fraude e evasão contributiva e prestacional (3.4.4) e, Comunicação automática de ilícitos (3.4.5) foram recalendarizadas para 2014.

Já no que se refere à intervenção destinada a Reformar o regime de faturação (medida 3.4.2) para instituir um regime regulador da transmissão eletrónica dos elementos das faturas, dos agentes económicos para a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e criar a obrigação, dos agentes económicos, de comunicação à AT (principalmente por via eletrónica) dos documentos de transporte das mercadorias em circulação, os resultados são os seguintes:

- Concluída a medida "Reforçar o regime da faturação" (grau de conclusão da medida = 100%),
- 2 Milhões de consumidores finais solicitaram inserção do número de identificação fiscal na fatura em 2013 (dados de novembro),
- 2,5% de aumento no valor do IVA liquidado nos sectores que conferem direito ao benefício, desde a entrada em vigor do novo regime de faturação,
- 300 Milhões de faturas comunicadas mensalmente por via eletrónica.

²⁹ Área de intervenção com coordenação sobre a responsabilidade da AT – Autoridade Tributária

³⁰ Entidade que reporta: MSESS - Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

³¹ idem

No domínio da Caixa postal eletrónica obrigatória para sujeitos passivos de IRC e ou de IVA destinada a uniformizar os procedimentos e proceder à desmaterialização gradual das notificações aos contribuintes, através da utilização da caixa postal eletrónica, os resultados são os seguintes:

- Concluída a medida "Caixa postal eletrónica obrigatória para sujeitos passivos de IRC e/ou de IVA" (grau de conclusão da medida = 100%),
- 819.177 Contribuintes com obrigação legal aderiram à caixa postal eletrónica,
- 300.000 Contribuintes aderiram à caixa postal eletrónica sem serem obrigados por lei.

3.5 Respostas aos Desafios Societais³²

Nesta área de intervenção e, sem prejuízo da necessidade de reprogramação de algumas das atividades inicialmente previstas, foram iniciados os contatos para estruturar mecanismos de reporte ágeis e eficazes, sistematizando-os em função das necessidades e objetivos da Agenda Portugal Digital.

Nestas circunstâncias, sublinham-se apenas as ações e resultados cujo reporte foi possível sistematizar.

No domínio da resposta ao desafio Melhor Educação³³, a atividade desenvolvida centrou-se essencialmente no objetivo de consolidação da rede unificada da educação (RUME). Trata-se de uma intervenção que pretende integrar a rede de dados das escolas, organismos do MEC e RCTS e desenvolver uma rede unificada de voz para o MEC. A reconfiguração da rede está prevista para 2014.

No que se refere à resposta ao desafio Melhor Saúde³⁴ a atividade desenvolveu-se essencialmente em torno de quatro temas:

- Consolidação da infraestrutura de suporte ao Sistema de Informação para a Saúde (medida 3.5.33), com o objetivo de promover a atualização da infraestrutura tecnológica do Ministério da Saúde (MS),
- Evolução dos sistemas de informação de suporte à prestação de cuidados de saúde (medida 3.5.34), com o objetivo de promover o desenvolvimento de um único sistema de informação para suporte ao utente e às atividades clínicas e administrativas dos diferentes níveis de prestação de cuidados de saúde, com uma arquitetura centrada no cidadão, multidisciplinar e multi-instituição,
- Plataforma de Dados de Saúde (medida 3.5.35) com o objetivo de promover o seu desenvolvimento, estruturando um sistema de partilha de dados de saúde, que os apresenta aos diferentes agentes da prestação de cuidados (utentes, profissionais do SNS e de fora do SNS), através de portais específicos, seguros e contextualizados, a partir das instituições locais onde permanecem guardados, criando um repositório de informação clínica anonimizada no âmbito da Direção-Geral da Saúde, para os fins de saúde pública consignados na missão desta autoridade, e
- Prescrição e requisição eletrónica desmaterializada.

³² Área de intervenção com coordenação sobre a responsabilidade da AMA – Agência para a Modernização Administrativa

³³ Entidade que reporta: DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência / MEC

³⁴ Entidade que reporta: SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde / MS

O ponto de situação das principais ações desenvolvidas no domínio da Consolidação da infraestrutura de suporte ao Sistema de Informação para a Saúde, é como segue:

- Migração dos sistemas RHV - Recursos Humanos e Vencimentos para um único sistema central (RHV2): concluído (100% das instituições de saúde abrangidas),
- Consolidação de sistemas e infra-estruturas de unidades hospitalares num único por Centro Hospitalar: a decorrer,
- Centralização da infra-estrutura de suporte aos cuidados primários da ARS Norte: concluída (todos os centros de saúde da ARS Norte abrangidos),
- Procedimento aquisitivo para a Rede Informática da Saúde (RIS): a decorrer a 3ª fase (de 3 fases) do Diálogo Concorrencial.

No domínio da Evolução dos sistemas de informação de suporte à prestação de cuidados de saúde, o ponto de situação das ações desenvolvidas, é como segue:

- Subsistema administrativo hospitalar SONHO V2: "roll out" a decorrer (2 instituições migradas),
- Subsistema clínico multidisciplinar hospitalar (SCLINICO): desenvolvimento concluído (em produção em 70% das instituições hospitalares),
- Subsistema clínico multidisciplinar de cuidados primários: desenvolvimento a decorrer,
- Subsistema administrativo para cuidados primários: desenvolvimento a decorrer,
- Definição da arquitetura: a decorrer.

No domínio da Plataforma de Dados de Saúde, o ponto de situação das ações desenvolvidas, refere:

- e-Boletim infantil: desenvolvimento concluído (em fase de generalização),
- Resumo Clínico do Utente (RCU): desenvolvimento concluído (em "roll out"; 4,7 milhões de RCU criados - cerca de 50%),
- 1700 acessos /dia por Utentes a áreas reservadas na Plataforma de Dados de Saúde (PDS),
- 32.000 profissionais de saúde (autenticados) acederam à Plataforma de Dados de Saúde (PDS),
- 14.000 acessos / dia à Plataforma de Dados de Saúde (PDS), por profissionais de saúde (autenticados),
- 1,7 Milhões de acessos acumulados à Plataforma de Dados de Saúde (PDS), por profissionais de saúde (autenticados),
- 580 instituições de saúde ligadas à Plataforma de Dados de Saúde (PDS),
- 95% das instituições de saúde ligadas à Plataforma de Dados de Saúde já acederam e partilharam informação,
- Mais de 850 mil utentes registados na Plataforma de Dados de Saúde (PDS).

Por fim e no domínio da Prescrição e requisição eletrónica desmaterializada, o ponto de situação é o seguinte:

- Nova aplicação central de prescrição eletrónica online de medicamentos (com verificações online): desenvolvimento concluído (disponibilizada a nível nacional),
- 70.000 receitas / dia emitidas online pela nova aplicação central de prescrição eletrónica online de medicamentos (representando 25% das receitas),

- Desmaterialização do ciclo da receita de medicamentos (incluindo dispensa com conferência online e faturação eletrónica): piloto em 4 locais de prescrição (2 centros de saúde e 2 centros hospitalares) e em 50 farmácias,
- Módulo central de prescrição de cuidados respiratórios domiciliários (CRD) com validação de conformidade com as normas de orientação clínica da DGS (indutoras de melhoria das práticas): desenvolvimento concluído e disponibilizado a nível nacional (em processo de adoção: 300 prescrições / dia).

3.6 – Empreendedorismo e internacionalização das TIC³⁵

Nesta área de intervenção pretende-se promover a melhoria dos aspetos de comércio internacional com países terceiros, reforçar a cooperação internacional em I&D e Inovação, em particular com os PALOP, Internacionalizar as empresas do setor das TIC, promover iniciativas de divulgação da excelência na ciência portuguesa no exterior e utilizar os investigadores no exterior como plataformas de internacionalização dos produtos portugueses, bem como estimular o desenvolvimento de consórcios e agrupamentos complementares de empresas. A governação da Internet é ainda um tema pilar, tendo em conta o seu modelo *multistakeholder*, onde os governos se encontram em pé de igualdade com o sector privado, sociedade civil e as comunidades técnica e académica. Urge assim, aumentar a voz de Portugal neste modelo de governação.

Governação da Internet

Foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização do EuroDIG (Iniciativa europeia do IGF - *Internet Governance Forum* da ONU), Lisboa, de 20 a 21 de junho de 2013,
- Membro do MAG (*Multistakeholder Advisory Group to the Secretary-General of UN*) do IGF 2013,
- Participação no IGF 2013,
- Participação no WTPF (*World Telecommunication Policy Forum*) 2013 da União Internacional de Telecomunicações
- Participação no WSIS+10 MPP (*World Summit on the Information Society Multistakeholder Preparatory Platform*);
- Participação nas reuniões do GAC (*Government Advisors Committee*) realizadas nas 3 reuniões anuais da ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*);

³⁵ Coordenação assegurada por representantes da sociedade civil através de Rui Paiva (cf 2ª reunião do Grupo Permanente de 18 setembro 2013)

Assim e no que se refere ao reforço da internacionalização do setor TIC, destacam-se as seguintes ações e resultados³⁶:

- 21 ações de promoção da Oferta Portuguesa realizadas, envolvendo empresas do setor das TIC,
- 127 empresas do setor das TIC participaram nas ações de promoção da Oferta Portuguesa,
- 33 ações de capacitação de empresas portuguesas com a participação de empresas do Setor das TIC,
- 209 empresas do Setor das TIC participaram em "ações de capacitação de empresas",
- 58 projetos de internacionalização submetidos por empresas TIC (correspondentes a um investimento total elegível da ordem dos 18 milhões de euros e a um incentivo global de 9 milhões de euros, a executar entre 2013-2015),
- 1067 empresas TIC encarteiradas pela AICEP (ou seja, empresas que se relacionam com a AICEP numa base regular para apoio à sua internacionalização),
- 765 oportunidades de negócios divulgadas para o Setor das TIC.

Ainda e, como se refere na RCM 112/2012, na parte que enquadra a necessidade da revisão do anterior programa Agenda Digital 2015, a nova Agenda Portugal Digital atribui relevância significativa ao maior envolvimento do setor privado e da sociedade civil para cumprir os seus grandes objetivos.

"(...) torna-se necessária uma revisão da Agenda Digital 2015, promovendo o seu alinhamento com os objetivos definidos pelo Governo para o reforço da competitividade e da internacionalização das empresas nacionais, em especial das pequenas e médias empresas (PME), através da inovação e do empreendedorismo qualificado (...).

Esta revisão tem também em conta o atual contexto económico e social, onde a aposta no desenvolvimento da Economia Digital e na Sociedade do Conhecimento deve preparar o país para um novo modelo de atividade económica, centrado na inovação e no conhecimento, como base para a disponibilização de novos produtos e serviços de maior valor acrescentado e direcionados para os mercados internacionais, princípios constantes na presente resolução, que aprova a Agenda Portugal Digital, que deixa de estar centrada apenas na ação do Governo e da Administração Pública, passando a ter um forte envolvimento do setor privado, em especial, das entidades ligadas ao setor das TIC.

Trata-se, assim, de uma agenda com forte compromisso público e privado, com objetivos e metas ambiciosas, no sentido de colocar Portugal como um dos países mais avançados da UE na Economia Digital. (...)

Nestas circunstâncias e, procurando ilustrar as dinâmicas privadas que se manifestam nestes domínios incluem-se neste reporte, a título de exemplo e de demonstração, três iniciativas protagonizadas por entidades privadas, com objetivos e resultados alinhados com a Agenda Portugal Digital, em particular no que respeita aos domínios da internacionalização do setor das TIC.

- O processo de internacionalização da Visionbox
- A liderança, já multi-indústria, da WeDo em Revenue Assurance
- O trabalho da Vortal no âmbito da Associação das Plataformas Digitais da Europa (EUPLAT)

³⁶ Entidade que reporta: AICEP Portugal Global, E.P.E. - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

Trata-se de dois reconhecidos casos de sucesso na afirmação de estratégias empresariais de inovação e inserção em mercados globais sofisticados e exigentes, através de soluções integradas de alto valor acrescentado e, de um caso de projeção das vantagens de liderança adquiridas no mercado nacional em dinâmicas coletivas de valorização do mercado europeu.

São três exemplos de iniciativas que projetam o capital intelectual nacional e proporcionam um efeito demonstrador muito relevante para o reforço da credibilidade da indústria portuguesa do TIC no mercado mundial.

Acresce referir que estas empresas souberam utilizar, com sucesso, as linhas públicas de incentivos ao investimento, nomeadamente os Sistemas de Incentivos à Inovação e à Investigação e Desenvolvimento do QREN.

O processo de internacionalização da Visionbox (website: www.vison-box.com)

A Vison-box é uma empresa fundada em 2001, com negócio no domínio da visão computacional, biométrica e sistemas de segurança eletrónica. A empresa está sediada em Lisboa e dispõe de presenças em diversos pontos do globo (UK, América Latina, Qatar, Tailândia e Alemanha) e é reconhecida, pelo IAPMEI, com o estatuto PME Líder³⁷, consecutivamente desde 2010, tendo ainda recebido a distinção PME Excelência³⁸ em 2012.

Identifica como missão apoiar os Governos, as autoridades de controlo de fronteiras, aeroportos ou outras organizações que desejem melhorar a segurança (segurança pública) e é líder no fornecimento de soluções de identidade eletrónica, gestão inteligente da segurança e sistemas de controlo de alfândegas automatizados que respeitam as normas ICAO em vigor.

Dispõe de um *portfolio* de soluções premiadas que inclui estações de registo biométrico ao vivo, quiosques de verificação documental, dispensadores digitais de documentos e sistemas de personalização, desde unidades biométricas portáteis e manuais até pórticos digitais biométricos inteligentes (ABC eGates).

No seu percurso, a Vison-box tem assegurado um processo de internacionalização cada vez mais robusto e sustentado. Neste momento opera fronteiras automáticas em mais de 30 aeroportos internacionais, processando mais de 30 milhões de passageiros por ano e tem mais de 3.000 sistemas de identidade eletrónicos desenvolvidos à volta do mundo.

A atividade desenvolvida em 2013 permitiu a expansão do negócio a países como a Estónia, Reino Unido, Qatar e EUA bem como a implantação em Portugal de 24 ABC eGates de nova geração no novo cais do Terminal 1 do Aeroporto de Lisboa.

A liderança, já multi-indústria, da WeDo em Revenue Assurance (website: www.wedotechnologies.com)

³⁷ www.iapmei.pt

³⁸ idem

A WeDo Technologies, criada em 2001, integra a rede de PME inovadoras da COTEC³⁹ e é líder mundial em garantia de receita e garantia de negócio (*“Utilização de sistemas para melhorar a eficiência operacional e a gestão de risco”*), fornecendo software e consultoria especializada para analisar, de forma inteligente, grandes quantidades de dados de uma organização, ajudando a anular ou minimizar as ineficiências operacionais e de negócio, permitindo que as empresas alcancem um retorno significativo do seu investimento através da proteção da receita e da redução dos custos.

Está sediada em Portugal e possui escritórios em 12 países dos 5 continentes. Trabalha com algumas das empresas líderes nos setores de varejo, energia e financeiro, bem como com as 180 operadoras de telecomunicações de mais de 90 países, através de mais de 500 profissionais altamente qualificados.

Em Julho de 2013, a empresa de analistas de mercado Gartner nomeou a WeDo Technologies como o líder mundial, em termos de quota de mercado, no fornecimento de soluções de Revenue Assurance (RA) e Fraud Management (FM) para os operadores de telecomunicações.

Também o relatório intitulado *‘Market Share: Telecom Operations Management Systems (BSS, OSS and SDP), Worldwide, 2011-2012’* coloca a companhia no top 50 dos fornecedores globais de BSS, OSS e SDP baseado na quota de mercado (#41).

O ano de 2013 terminou com resultados sólidos, evidenciando que a estratégia de negócio para o período 2011-2015 está a ser implementada com sucesso. Neste período, obteve 20 novos clientes em 5 novos países, terminando 2013 com mais de 200 clientes em 90 países e 5 continentes e assinou 2 Acordos Globais de Grupo, com Operadores de Telecomunicações muito relevantes, atingindo a soma de 12 acordos de grupo até à data.

Os resultados obtidos, constituem uma base sólida para insistir no reforço da posição de liderança a nível internacional no seu mercado, para aumentar a quota de mercado global e para se afirmar como companhia de *software* multi-indústria.

O trabalho da Vortal (website: www.vortal.biz) no âmbito da Associação das Plataformas Digitais da Europa (EUPLAT)

Portugal é o país líder na adoção da desmaterialização integral dos procedimentos de contratação pública e a Europa deu recentemente passos determinantes com vista à massificação da utilização de tecnologias que ajudem a aumentar a eficiência e o envolvimento das PMEs na esfera da contratação pública.

A Vortal é uma empresa de tecnologias de informação fundada em 2000 e líder em plataformas eletrónicas de contratação pública e empresarial. - B2B (Business-to-Business) e G2B (Government-to-Business).

Reconhecida pelo IAPMEI, com o estatuto PME Líder, consecutivamente desde 2010 e com a distinção PME excelência em três anos consecutivos (2010, 2011 e 2012).

³⁹ www.cotecportugal.pt/

Num contexto de maior articulação entre o sector público, as empresas e o comércio transfronteiriço, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de salvaguardar a qualidade dos serviços prestados pelos operadores de plataformas eletrónicas e a interoperabilidade que permita um forte contributo para a criação de um Mercado Comum na União Europeia.

Nesse sentido, a Vortal liderou um grupo de empresas concorrentes que, com objetivos comuns, encontraram espaço para cooperar no sentido de trazer mais valor aos Estados, às entidades públicas e às empresas. Foi então criada a EUPLAT –European Association of Public eTendering Platform Providers⁴⁰.

A EUPLAT é a Associação Europeia de Plataformas Eletrónicas de Compras Públicas que foi criada para contribuir para a qualificação do sector e para a disseminação de boas práticas com base na experiência acumulada pelos vários associados. Foi formalmente constituída em 2013, ao abrigo da lei da Bélgica e integra como membros 10 plataformas de contratação pública provenientes de 8 países europeus. Estes operadores de plataformas eletrónicas suportam mais de 3.000 entidades adjudicantes que executam milhares de procedimentos de aquisição, com mais de 500.000 operadores económicos, a grande maioria deles PMEs.

Juntos, os membros da EUPLAT constituem a maior rede de compras públicas eletrónicas em todo o mundo, tendo como objetivo contribuir para a disseminação das melhores práticas de contratação pública em geral e, compras eletrónicas em particular.

Como um dos primeiros resultados, a EUPLAT publicou um documento intitulado "As novas diretivas europeias de contratação pública e as opções disponíveis no mercado para garantir uma implementação bem-sucedida de contratação pública eletrónica".

Por último, destaca-se a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Estado de Minas Gerais (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais - Brasil), Centro UNESCO - HIDROEX e a FCT, Ministério de Educação e Ciência sobre o desenvolvimento de conteúdos que atendam à inclusão digital e literacia, e à Sociedade da Informação e Conhecimento bem como gestão das águas e recursos hídricos e redes de inovação (03.09.2013). Esta iniciativa concorre diretamente para o reforço da cooperação em I&DI, com os PALOPS, no domínio da divulgação da língua portuguesa na internet.

Em matéria de **promoção do empreendedorismo e de aposta na criação de start-ups**, em especial no setor das TIC, a RCM 112/2012, dá destaque à iniciativa +Empresas (medida 3.6.6) que se insere no Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação, +E+I⁴¹.

A iniciativa +Empresas⁴² promove o empreendedorismo potenciando a criação de novas empresas e acelerando a sua disseminação através da apresentação, de forma integrada, dos instrumentos de

⁴⁰ www.euplat.org/

⁴¹ Cf RCM nº 54/2011

⁴² Entidade que reporta IAPMEI em colaboração com a Agência de Inovação, Gabinete de Coordenação Nacional do Programa +E+I

financiamento dirigidos aos empreendedores, para as várias fases do ciclo de vida das *startups*, desde a fase inicial do projeto, passando pelo arranque da empresa e o seu desenvolvimento.

Entre as ações desenvolvidas no período destaca-se a divulgação e de promoção do programa, nomeadamente:

- O portal da iniciativa +empresas⁴³ lançado a 15 de novembro de 2012 - 74 000 visitas até 31 de dezembro de 2013,
- A divulgação no âmbito do **roadshow nacional** que decorreu nas universidades nacionais (entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013) para informar os empreendedores ou potenciais empreendedores sobre os instrumentos de financiamento para as várias fases do ciclo de vida das *start ups*. O *roadshow* incluiu uma sessão pública de divulgação e uma sessão de trabalho com as principais entidades locais ligadas ao tema do empreendedorismo e da inovação. Participaram os parceiros do *roadshow* bem como entidades da sociedade civil que promovem localmente iniciativas de apoio à criação de *start ups*.

Dada a relevância que se atribui ao tema, apresentam-se de seguida, os principais resultados dos instrumentos de financiamento, para as várias fases do ciclo de vida das *start ups*, em projetos associados às TIC (até 31 de dezembro de 2013):

1. Passaporte para o Empreendedorismo⁴⁴

Consiste no apoio a **jovens qualificados** com **projetos de empreendedorismo inovador** e/ou com potencial de elevado crescimento e em fase de ideia, através de:

- Acesso a **Bolsa** mensal para o desenvolvimento de projeto empresarial (691,70 €);
- **Assistência Técnica** no desenvolvimento do modelo de negócio e na execução do plano de negócios para projetos com um elevado grau de complexidade;
- Acesso a uma **Rede de Mentores** que forneçam orientação aos empreendedores.

Resultados (TIC): 50 Projetos aprovados, envolvendo 97 Promotores, 805 mil € de apoio comprometido, 387 mil € de pagamentos efetuados em bolsas, 65% dos projetos iniciados acompanhados por Mentores⁴⁵

2. Vale Empreendedorismo

Visa a aquisição, por PME criadas há menos de um ano, de serviços de consultoria e de apoio à inovação e ao empreendedorismo para resposta a necessidades específicas da empresa, no sentido do aumento da sua competitividade, nomeadamente: elaboração

⁴³ www.ei.gov.pt/+empresas

⁴⁴ www.passaporteempreendedorismo.pt

⁴⁵ www.redenacionaldementores.pt - Rede Nacional de Mentores

Rede constituída por profissionais de reconhecida experiência e mérito empresariais, que disponibilizam, de forma voluntária e pro bono, o seu apoio a novos empreendedores que estejam a desenvolver as suas ideias de negócio e projetos empresariais. Atualmente a Rede disponibiliza apenas apoio a projetos aprovados no âmbito do Passaporte para o Empreendedorismo. Em 2014 prevê-se a sua disponibilização a todo o ecossistema empreendedorismo nacional.

de planos de negócio, serviços para proteção e comercialização de direitos de propriedade intelectual e industrial e serviços na área da economia digital.

Resultados (TIC): 549 candidaturas, 265 projetos aprovados, Investimento: cerca de 5 M€, Incentivo aprovado: cerca de 4 M€

3. Programa de Ignição

Fundos totais recorrentes de 20 milhões de euros geridos pela Portugal Ventures.

O Programa de Ignição facilita o acesso de projetos inovadores de base tecnológica a capital semente.

Dirige-se a projetos de base tecnológica com potencial global dos setores Tecnologias de Informação e de Comunicação, Eletrónica & WEB; Ciências da Vida; Recursos Endógenos, Nanotecnologia e Materiais.

Resultados (TIC): 294 candidaturas, 13 projetos contratualizados, Investimento (PV): cerca de 7 M€

4. Apoio à contratação de trabalhadores por *Startups* (reembolso da TSU)

Esta medida visa incentivar a contratação de novos colaboradores por *Start ups*, através do reembolso das prestações à segurança social (TSU) até determinados montantes máximos e durante o período máximo de 18 meses

Resultados (TIC): 31 candidaturas aprovadas, montante de incentivo aprovado: cerca de 104 mil €

5. Projetos de Empreendedorismo Qualificado

Apoio a projetos de investimento de criação de empresas e atividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam atividades em setores com fortes dinâmicas de crescimento.

Dirige-se a empresas com projetos que contribuam para o aumento da qualificação dos recursos humanos, fixando-se um limite mínimo de 10%, no caso das empresas de micro e pequena dimensão, e de 15%, no caso das empresas de média dimensão, para o peso, no pós-projeto, dos trabalhadores com nível de qualificação igual ou superior a V.

Resultados (TIC): 31 projetos aprovados com um incentivo superior a 7 M€.